

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.311.117 - RS (2018/0145959-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **HARDI RUBI DERLAN**
ADVOGADOS : **UBIRATAN COSTA VIEIRA - RS036935**
 AURÉLIO CANTARELLI VAZ - RS022162
 VILMAR WIENCKIEWICZ - RS083762
AGRAVADO : **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **PAULA MALTZ NAHON - RS051657**
 GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS044046
 LUIZ AUGUSTO MOOJEN DA SILVEIRA - RS047694
 DANIELE HERNANDEZ MELLO PERALTA - RS065475
 MARIA CAROLINA RÜBESAM GOULART - RS088215

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÕES DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. SUPOSTA POSSIBILIDADE DE LIBERAÇÃO DE VALORES QUE FOI AFASTADA NA ORIGEM. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por HARDI RUBI DERLAN em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (e-STJ fls. 316-323).

Opostos embargos de declaração, restaram desacolhidos (e-STJ fls. 364-373).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 379-414), aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022, I, 489, § 1º, IV e § 2º do CPC/2015, 76 da Lei n. 11.101/2005, 475-L, § 2º e 473 do CPC/73 bem como divergência jurisprudencial.

Alega negativa de prestação jurisdicional por omissão e deficiência na

fundamentação recursal, sob a alegação de que não houve impugnação oportuna quanto ao valor, incontroverso, declarado como devido pela recorrida (e-STJ fl. 390).

Defende que há similitude entre a decisão recorrida e o acórdão trazido como paradigma, pois tanto um como o outro versam sobre liberação de alvará de valor incontroverso, em recuperação judicial, na qual a constrição se operou antes da decretação (e-STJ fl. 402).

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, a irresignação recursal não pode prosperar.

Quanto à alegada violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, constata-se que não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide **com fundamentação suficiente a controvérsia**.

A pretensão recursal, em verdade, traduz-se em **inconformismo** com a decisão posta. Amolda-se à espécie, pois, o entendimento pretoriano consolidado quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 123 DO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO DE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.

(...)

2. Quando o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não se configura ofensa ao artigo 535 do CPC.

Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte.

3. (...)

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 1265516/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 30/06/2010, grifei)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. MULTA ADMINISTRATIVA. NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em omissão existente no acórdão quando o Tribunal local julga integralmente a lide, apenas não adotando a tese defendida pela recorrente, tampouco se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. Precedentes.

2. [...]

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1036898/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017)

No que tange à violação dos arts. 76 da Lei n. 11.101/2005, 475-L, § 2º e 473 do CPC/73, o inconformismo mais uma vez não prospera.

Na espécie, a Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pela ausência de preenchimento dos requisitos para liberação dos valores em favor da parte ora recorrente, com a seguinte fundamentação:

No caso concreto, o o depósito de garantia do juízo, no valor de R\$ 51.320,21 (e-fls. 159), ocorreu em 19.3.2014. O incidente de impugnação ainda não foi decidido definitivamente.

Nessa medida, cabível o prosseguimento do feito para que seja consolidado o valor efetivamente devido pela Companhia. Não se mostra razoável o sobrestamento do processo quando não há risco iminente de atos de constrição, em respeito ao princípio constitucional da duração razoável do processo, e também às normas contidas nos artigos 4º e 6º do NCPC.

Contudo, deve restar explicitado que fica vedada a liberação de alvará, até nova deliberação do juízo universal, pois ausente

um dos requisitos fixados pelo juízo falimentar, qual seja, o trânsito em julgado da decisão da impugnação ao cumprimento de sentença. (e-STJ fl. 322 g.n.)

Desse modo, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

No mesmo sentido: AREsp nº 1.446.413-RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, in DJ 22.04.2019; e, AREsp nº 1.352.965-RS, Rel. Ministro Raul Araújo, in DJ 03.06.2019.

No que diz respeito ao dissídio jurisprudencial, inviável se mostra o seu conhecimento, uma vez que o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça obsta a admissão do Recurso Especial tanto pela alínea "a" quanto pela "c" do permissivo constitucional.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. CONCURSO ESPECIAL. PREFERÊNCIA. PENHORA. SUB-ROGAÇÃO. EXISTÊNCIA. INVERSÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA C. APLICABILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. (...)

2. Segundo a pacífica orientação jurisprudencial desta Corte Superior, o óbice da Súmula 7/STJ impede o conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional. 3. Agravo a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 539292/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 16/03/2015, grifei)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENSINO SUPERIOR. EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA. ARTIGO 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. ARTIGOS DE LEI TIDOS POR VIOLADOS NÃO PREQUESTIONADOS. SÚMULA 211/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL DAS RECORRENTES RECONHECIDA PELAS INSTÂNCIAS INFERIORES. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

SÚMULA 7/STJ. REDISTRIBUIÇÃO DE SUCUMBÊNCIA. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESPECIAL. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. ÓBICES QUE INVIABILIZAM O SEGUIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL.

(...)

3. O Tribunal a quo, ao proceder à análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela presença dos elementos necessários à caracterização do dever de indenizar da recorrente, não sendo cabível, nesta esfera especial, reexaminar tais elementos para determinar o acerto ou não da decisão, a teor do Enunciado de Súmula 7/STJ.

4. Os óbices aplicados também inviabilizam o seguimento do nobre apelo pela alínea "c" do permissivo constitucional.

5. Agravos regimentais não providos.

(AgRg no REsp 1.447.618/PR, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 5.3.2015, DJe 13.3.2015, grifei)

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE provimento.

Advirta-se que "não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários" (AgInt no REsp 1.507.973/RS, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 19/5/2016 e publicado no DJe de 24/5/2016).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator